



# Câmara Municipal de Votuporanga

## *PALÁCIO 8 DE AGOSTO*

**INDICAÇÃO Nº 251/2025**

Sr. Presidente

Srs. Vereadores

INDICO À MESA, nos termos regimentais, que seja encaminhado ao Poder Executivo, ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, QUE DISPÕE SOBRE O ACRÉSCIMO DO §4º AO ART. 72 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 – ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 27 de março de 2025

**RICARDO BOZO**  
VEREADOR

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(DISPÕE SOBRE O ACRÉSCIMO DO §4º AO ART. 72 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 30 DE AGOSTO DE 2011)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 72 da Lei Complementar nº 187, de 30 de agosto de 2011 passa a vigorar acrescido do §4º com a seguinte redação:

“Art. 72. ....

§ 1º .....

.....

§4º A cada cinco anos de efetivo exercício no serviço público municipal, os servidores públicos de que trata o caput deste artigo, farão jus a 25% da sexta parte dos vencimentos até completar sua integralidade.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 27 de março de 2025.

**RICARDO BOZO**

Vereador

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

### JUSTIFICATIVA

A presente proposta de alteração do art. 72 da Lei Complementar 187, que dispõe sobre a concessão da sexta parte dos vencimentos aos servidores públicos municipais, tem como objetivo tornar a aplicação desse benefício mais justa, progressiva e acessível, garantindo um reconhecimento gradual ao tempo de serviço prestado à administração pública municipal.

Atualmente, a sexta parte é concedida apenas após vinte anos ininterruptos de efetivo exercício, sem qualquer benefício intermediário. Essa sistemática desconsidera a dedicação dos servidores que contribuem por longos períodos, mas que, por algum motivo, não atingem os vinte anos exigidos. Dessa forma, a presente proposta visa estabelecer a concessão da sexta parte de forma gradativa, assegurando 25% desse benefício a cada cinco anos de serviço público municipal, até atingir sua integralidade no 20º ano de efetivo exercício.

Essa alteração garante que o reconhecimento dos servidores ocorra de maneira gradual, evitando que apenas aqueles que completam vinte anos de serviço sejam contemplados. Com a concessão progressiva, o benefício se torna mais justo e acessível, permitindo que os servidores percebam melhorias em sua remuneração ao longo de suas carreiras.

A possibilidade de receber parcelas proporcionais da sexta parte a cada cinco anos incentiva os servidores a permanecerem na administração pública, reduzindo a evasão para outras esferas do funcionalismo ou para a iniciativa privada. Além disso, a previsão de aumentos periódicos na remuneração contribui para a motivação e o comprometimento no desempenho de suas funções.

Ao distribuir a concessão da sexta parte de forma escalonada, evita-se um impacto financeiro repentino sobre a folha de pagamento municipal, permitindo um planejamento orçamentário mais equilibrado e previsível. Dessa forma, a Administração Pública poderá gerenciar melhor os recursos destinados à valorização dos servidores, sem comprometer o seu equilíbrio fiscal.

A proposta está em conformidade com os princípios da isonomia e valorização dos servidores públicos, previstos no art. 39, §3º, da Constituição Federal, garantindo um tratamento justo e progressivo na remuneração dos servidores, além de assegurar que a administração pública valorize seus profissionais de maneira contínua.

Diante do exposto, o presente anteprojeto propõe uma alteração no Estatuto dos Servidores Municipais, que beneficiará tanto os servidores, que terão maior reconhecimento e incentivo, quanto a Administração Pública, que poderá gerir de forma mais eficiente o impacto financeiro do benefício.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## *PALÁCIO 8 DE AGOSTO*

Por esses motivos, solicito ao Poder Executivo que, usando de sua prerrogativa privativa, encaminhe para esta Casa de Leis a presente proposta, visando fortalecer a valorização do funcionalismo municipal e aprimorar a política de gestão de pessoal do município.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 31 de março de 2025.

**RICARDO BOZO**  
VEREADOR

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

